

## A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL: a construção de um semióforo

Rute Izabel Simões CONCEIÇÃO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Apresentamos, neste trabalho, reflexões sobre o processo de construção da língua portuguesa como semióforo representativo da unidade nacional no Brasil e sobre os desdobramentos dessa construção no modo como a língua foi ensinada e socialmente representada no país. Tal abordagem é um recorte de reflexões realizadas por ocasião de pesquisa para elaboração de nossa tese de doutoramento<sup>2</sup>. A construção do conceito de língua semióforo leva em consideração que a concepção de nacionalidade tem estreita relação com a questão lingüística (HOBSBAWM, 1990) e com o fato de que um semióforo será aquilo que tem valor simbólico de poder atrair e unir em torno de si pessoas e coisas (POMIAN, 1984). Embora a noção de língua semióforo pressuponha que a língua seja constituída por duas faces: uma homogênea, representada pela norma-padrão; outra heterogênea, representada pelas variedades de uso cotidiano (CONCEIÇÃO, 2008), historicamente, em especial no trabalho desenvolvido pela escola, a face homogênea tem sido tratada como a única portadora de autoridade capaz de assegurar o sentimento de comunhão e de unidade de nossa sociedade. Tal fato tem alimentado, ao longo dos anos, a falsa idéia de que somos um país monolíngüe e que os brasileiros não sabem falar sua própria língua, o português brasileiro.

**PALVRAS-CHAVE:** língua portuguesa; língua semióforo; homogeneidade lingüística; norma-padrão; heterogeneidade lingüística.

### Introdução

No processo de construção dos estados-nação, Hobsbawm (1990) destaca que, no período compreendido entre o final do século XIX e o começo do século XX, a moderna concepção de nacionalidade teve um forte vínculo com a questão lingüística, visto que articulou a idéia de nação à língua. Nesse período apontado por Hobsbawm (de 1890 a 1918), o Brasil já havia conquistado a independência de Portugal (em 1822)

---

<sup>1</sup> Professora da UFGD, Faculdade de Comunicação, Artes e Letras. Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, Rodovia Dourados-Itahum, Km 12, Pavilhão José Pereira Lins\FACALE. [rute.conceicao@ufgd.edu.br](mailto:rute.conceicao@ufgd.edu.br)

<sup>2</sup> Tese de doutorado “O professor de Língua Portuguesa na visão de formandos em Letras” (FFLCH\USP\2008). Agradecemos à CAPES pela bolsa de estudos concedida durante o período de doutorado.

e passava pelo processo de constituição da República<sup>3</sup> (proclamada em 1889). O historiador afirma que a língua que chega à condição de “língua nacional”, geralmente é a utilizada pela administração do Estado embora nem sempre seja utilizada pela maioria da população. A principal questão frisada por ele é que, na maioria das vezes, a língua que é tornada “língua nacional” acaba simbolizando um forte elemento de coesão nacional. Esse é um dos aspectos reveladores de que a idéia de estado-nação é atravessada pela idéia de unidade e de homogeneidade, de modo que as diferenças (inclusive as lingüísticas) tendem a ser sublimadas. Argumentando nessa mesma direção, Chauí (2000) tem afirmado que os brasileiros têm uma representação fortemente homogênea do país e de si mesmos, de modo que:

Essa representação [homogênea] permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (p. 7-8).

No que diz respeito à questão lingüística, os linguistas em geral têm apontado o fato de que essa representação de homogeneidade lingüística desenvolvida pela sociedade brasileira tem criado a falsa percepção de que vivemos em um país monolíngue. É como se fosse possível todos falarmos a mesma variedade. Como tal não é possível, a população em geral convive com a idéia de que não sabe falar o português ou que o fala incorretamente porque é descuidada. O curioso é que, mesmo assim, os brasileiros não se consideram lingüisticamente preconceituosos.

Em vista disso, o que se pode afirmar é que a chamada “língua padrão” é bem pouco conhecida da grande maioria da população que aprendeu a falar o português de modo informal por meio da interação oral, já que grande parcela da população foi, por muito tempo, ignorada pelo sistema formal de ensino. Dados divulgados pelo IBGE em

---

<sup>3</sup> Lembramos que a chamada República Velha vai de 1889 a 1930.

2005 mostram que o Brasil tem 11,1% da população maior de 15 analfabeta. Esse percentual indica que são 14 milhões de brasileiros analfabetos no Brasil em pleno século XXI. Tais números colocam o Brasil no incomodo grupo das 11 nações que possuem mais de 10 milhões de analfabetos<sup>4</sup>.

Sabemos que a padronização linguística, por meio da escrita, demanda uma série de operações que visam minimizar os problemas decorrentes da passagem da língua oral à escrita. Assim, a padronização teórica foi determinante para que uma variedade fosse objetivada pela descrição científica e fosse criada teoricamente, passando a representar “a língua” (padrão) (CONCEIÇÃO, 2008, p. 108-109). Do ponto de vista sociocultural e político, o padrão escolhido passa a figurar nos documentos oficiais e se torna símbolo de prestígio social e seu uso se torna obrigatório em diversos segmentos da sociedade. Na escola, ele passa a ser ensinado como língua materna e se desenvolve uma relação afetiva de pertencimento mútuo entre a língua, o indivíduo e o país. É nesse sentido que afirmamos que a constituição de uma língua em semióforo se dá por meio de um processo complexo de normatizações e de institucionalização de uma língua que é homogeneizada por meio de uma construção teórica, a partir do que se elabora uma representação de unidade nacional.

A noção de língua semióforo (LS), conforme proposta por Conceição (2008), indica que a principal característica da LS é a capacidade de se revestir de poder simbólico que assegura a interação entre os usuários e o sentimento de comunhão social. Tal noção, vale frisar, tem estreita relação com o fato de que o “**princípio da idéia nacional**” articula a moderna concepção de nacionalidade com a questão linguística (HOBSBAWM, 1990). E tem relação também com o fato de que **um**

---

<sup>4</sup> Os outros 10 países são Egito, Marrocos, China, Indonésia, Bangladesh, Índia, Irã, Paquistão, Etiópia e Nigéria (dados da Comisión Económica para a América Latina y el Caribe - CEPAL, in <http://www.eclac.org/estadisticas/>). Acesso em maio\2008.

**semióforo** será aquilo que tem valor simbólico de poder atrair e unir em torno de si pessoas e coisas (POMIAN, 1984).

### **A construção de semióforos e a representação da unidade nacional**

Etimologicamente, o termo semióforo vem do grego - *semeiophóros* ou *semaiophóros* – e foi inicialmente utilizado para designar um porta-insígnia na guerra. É composto por dois outros termos: *semêion* (sinal/signo) e *phóros* (conduzir/expor/trazer para frente).

Krzysztof Pomian (1984) relacionou o conceito de semióforo a um estudo sobre coleções e propôs quatro categorias de semióforos: a) a dos vestígios da antiguidade; b) dos países exóticos com sociedades, climas e culturas diferentes; c) dos quadros e obras de arte e d) dos instrumentos científicos. Dentre as quatro categorias, o surgimento dos instrumentos científicos, a partir do século XVII, nas sociedades modernas em geral, e na brasileira especificamente, permitiu, conforme já destacamos, que a língua fosse objetivada pela descrição científica e fosse codificada pela escrita, passando, a norma-padrão, a representar “a língua” (padrão). Essa língua torna-se, também, símbolo de unidade nacional, de prestígio social e passa a ter seu domínio almejado por todos.

A língua portuguesa, vista como um semióforo, adquiriu a capacidade de se representar como elemento de coesão entre “a língua cotidiana”, que circula nas diferentes interações entre os usuários, e “a língua ideal” (a norma-padrão), que os usuários almejam dominar. Desse modo, a língua semióforo comporta duas faces organicamente ligadas:

- **uma face tida como homogênea**, que foi tornada padrão oficial, que lhe dá nome e *status* e tem a função de conter a diversidade lingüística;

- **outra face que lhe dá vida e revela sua heterogeneidade** por meio do uso cotidiano. Desse ponto de vista, ela se revela acolhedora de diferentes variedades.

Historicamente, no entanto, a face homogeneizadora da língua semióforo tem sido tratada como a única portadora de autoridade capaz de assegurar o sentimento de comunhão e de unidade de nossa sociedade.

Já afirmamos que, apesar da forte representação de unidade e de homogeneidade que uma língua tida como “língua nacional” geralmente adquire, toda sociedade é, em princípio, multilíngue e a brasileira não foge à regra. Considerando tal pressuposto, a reflexão que faremos a seguir se pautará sobre o estatuto eufórico e o disfórico de contribuição de diferentes línguas que tiveram importante papel na base de formação lingüística da sociedade brasileira.

Para composição desse quadro, refletiremos sobre a contribuição das línguas indígenas que tiveram na língua geral sua maior expressão em termos de uso lingüístico no Brasil. Refletiremos também sobre as línguas africanas que para cá vieram com a escravidão e sobre as línguas dos imigrantes que, incentivados a cultivar a terra, vieram de diferentes partes do mundo trazendo suas línguas, assim como os portugueses que, com o *status* de colonizadores, trouxeram para a colônia a língua portuguesa que foi tornada a “língua nacional”. Cabe destacar que somente na Constituição de 1988 a língua portuguesa deixou de ser nomeada de “língua nacional” passando a ser chamada de “língua oficial”.

### **Língua geral: a língua mais falada no início da colonização do Brasil e a representação disfórica na constituição da língua semióforo**

Nenhuma língua primitiva do mundo, nem mesmo o sanscrito, ocupou tão grande extensão geographica como o tupy e os seus

dialectos [...] nos nomes dos logares, das plantas, dos rios e das tribus indigenas, que ainda erram por muitas destas regiões, os imperecedores vestígios da língua. [...] Confrontando-se as regiões ocupadas pelas grandes linguas antigas, antes que ellas fossem linguas sabias e litterarias, nenhuma encontramos no velho mundo, Asia, Africa ou Europa, que tivesse occupado uma região igual à da área occupada pela língua tupy (O idioma Tupy, de Couto de Magalhães. Antologia Nacional, 1915 - 1895, p. 89-90)<sup>5</sup>.

Por volta de 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, eram faladas mais de 1000 línguas por pelos 5 milhões de indígenas que habitavam a terra. Essas línguas, junto com seus falantes, foram desaparecendo de tal forma que hoje restam em torno de 300 mil índios e 180 línguas. Dentre as línguas indígenas que compunham o universo linguístico do Brasil na época da colonização, as línguas da família tupi estavam entre as mais faladas. Os jesuítas, valendo-se do parentesco e da proximidade entre as línguas da família tupi forjaram a língua geral para ser utilizada na catequização dos índios. Ela foi descrita por José de Anchieta na gramática que denominou *Arte de gramática da língua mais falada na costa do Brasil*.

Como se pode perceber, o próprio nome da gramática atesta o uso predominante da língua indígena no Brasil. Contudo, a política linguística estabelecida em torno da língua geral, em vez de ter sido uma poderosa aliada no processo de homogeneização e de sua construção como língua nacional foi, na verdade, sinônimo de desagregação cultural porque elaborada pelo colonizador em função da catequização, abrindo caminho, com isso, para o fortalecimento da unidade do português.

Em meados do século XVIII, atenta ao fato de que já havia passado 250 anos da sua chegada e ao fato de que a língua portuguesa desempenhava papel secundário nas interações cotidianas, a administração portuguesa, comandada pelo Marquês de Pombal, Sebastião J. de Carvalho e Melo (Ministro dos Negócios do Reino no reinado de D. José

---

<sup>5</sup> Couto de Magalhães foi o autor da prosa “O idioma Tupy”, de onde retiramos a citação. Essa prosa foi selecionada de sua obra “Os selvagens” para **Antologia Nacional** organizada por Fausto Barreto e Carlos Laet (1915-1895). A Antologia nacional foi utilizada durante 74 anos nas aulas de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras.

I), em 28 de junho de 1759, decretou uma série de regulamentações por meio do Alvará Régio<sup>6</sup> instituindo as “Breves Instruções”. No que diz respeito aos indígenas, essa Lei serviu para ampliar para todo o Brasil as disposições editadas em 1755 e chamadas de “Diretório dos Índios<sup>7</sup>”. Tal Diretório assegurava a “liberdade” aos índios que foram proibidos de andar nu, de falar suas línguas e de construir habitações coletivas, conforme é costume na cultura indígena. Além disso, deveriam passar a ter, também, sobrenome em português.

Entre as providências tomadas pela Administração no “Alvará Régio”, uma das principais dizia respeito à pretensão de redirecionar o uso da língua portuguesa para o centro das interações. Na prática, houve a expulsão dos jesuítas que permaneceram na colônia durante 210 anos, o embargo de suas bibliotecas acarretando a perda de um rico acervo bibliográfico, a proibição do uso e do ensino da língua geral nas escolas e a imposição do ensino em língua portuguesa. Isso, além da falta de outras providências, resultou no sucateamento da educação realizada pelos jesuítas. Como a Administração não conseguiu criar nem manter nova estrutura adequada às necessidades, a educação formal no Brasil-colônia ficou em torno de 50 anos em total estagnação, só foi restabelecida a partir da chegada da família real em 1808.

Com a expulsão dos jesuítas e a proibição do uso da língua indígena, a língua geral foi, aos poucos, caindo em desuso de forma que, nos dias atuais, a grande maioria dos brasileiros desconhece a importância dessa e das demais línguas indígenas na formação lingüística do povo brasileiro. Tal fato revela a representação disfórica assumida pelas línguas indígenas na formação da língua semióforo.

---

<sup>6</sup> O Alvará Régio pode ser encontrado no seguinte site: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx13.html>

<sup>7</sup> As Disposições foram editadas inicialmente para o Grão-Pará e Maranhão. Na época, essa região compreendia às regiões dos atuais estados do Amazonas, Roraima, Pará, Maranhão e Piauí.

### **Línguas africanas: o silenciamento dos africanos e o estatuto disfórico de contribuição de suas línguas na constituição da língua semióforo**

No final da segunda metade do século XVI, o Brasil recebeu os africanos trazidos pela política escravista. Novas línguas aportaram na colônia. Estas, no entanto, não puderam ter um estatuto eufórico de contribuição na constituição da língua semióforo, porque os africanos co-étnicos (que falavam a mesma língua) eram separados desde a África para evitar que se organizassem para reagir ao sistema escravista (MATTOS e SILVA, 2004). Para se comunicar, precisavam utilizar a língua portuguesa ou a dos indígenas. Não puderam se organizar em núcleos familiares que permitiriam o fortalecimento de suas línguas maternas. Apesar desse silenciamento forçado, Mattos e Silva (2004) atribui a responsabilidade pela tarefa de difusão e de generalização do português popular (o verdadeiro vernáculo, segundo a autora) no território nacional, aos africanos e afro-descendentes devido à mobilidade dos escravos acompanhando seus senhores.

Como se sabe, os escravos eram impedidos de estudar (o censo de 1872 mostra que o índice de analfabetismo entre os escravos atingia 99%)<sup>8</sup>. O aprendizado da língua, portanto, ocorria em contextos de aprendizagem não-formal revelando uma aquisição lingüística bastante irregular. Tal fato é mais um dado que comprova que o português popular, efetivamente falado e escrito no Brasil pela maior parte da população, está longe de se conformar com o modelo europeu de língua que norteou a padronização do português presente nas gramáticas tradicionais. Estas, como se sabe, norteiam, ainda hoje, a norma pedagógica ensinada nas escolas. Convém salientar que a primeira gramática da língua portuguesa assinada por um brasileiro, a “Grammatica Portugueza” de autoria do professor Júlio Ribeiro, foi publicada em 1881 e, de lá até hoje, pouca coisa mudou nas gramáticas normativas no que diz respeito ao registro das formas

---

<sup>8</sup> Cf. Mattos e Silva, (Idem, p. 72).

linguísticas efetivamente utilizadas pelos brasileiros. Talvez seja por isso, conforme já afirmamos, que os brasileiros convivem com a idéia de que não sabem falar o português, por isso cometem “erros” de toda ordem.

Tanto as línguas indígenas como as línguas africanas, como se vê, tiveram um estatuto disfórico de contribuição na constituição da língua semióforo no Brasil. Do mesmo modo, as línguas dos imigrantes sofreram duros embates na disputa por algum espaço no universo linguístico brasileiro.

### **Os imigrantes e suas línguas: o sucateamento das escolas étnicas e a política de monolingüismo**

Preocupados em modernizar a economia, garantir as fronteiras em constantes disputas e branquear a população maciçamente indígena e afro-descendente, o governo passou a incentivar, principalmente a partir do XIX, a vinda de um grande número de imigrantes para o Brasil (KREUTZ, 2003). Tal fato resultou na chegada de novas línguas ao Brasil. Alguns imigrantes se destacaram mais que outros no tocante à questão linguística devido ao fato de que procuraram se organizar em núcleos étnico-cultural e religioso de preservação de suas culturas. Organizaram também um sistema étnico-escolar que suprisse as deficiências do sistema escolar brasileiro que ainda era incipiente.

Entre os imigrantes que mais se destacaram por meio da organização étnico-escolar estão os alemães que construíram e mantiveram ativas 1.579 escolas, em grande parte confessionais; os italianos que criaram 396 escolas étnicas; os poloneses que, embora fossem em grande parte analfabetos ao chegar, devido à política da Rússia e Prússia que ocupavam seu território na época, ao se estabelecerem no Brasil investiram imediatamente na criação de escolas étnicas, tendo mantido 349 delas (KREUTZ,

2003). Um outro povo imigrante que se preocupou em manter o nível de escolarização que tinha em seu país foi o povo japonês, cuja grande maioria (90%) já era alfabetizada ao chegar ao Brasil. Estes, como imigraram mais tardiamente que os demais, não investiram tanto em escolas étnicas, investiram na preservação e na divulgação da cultura e da língua japonesas, fatores que talvez expliquem o fato de a língua japonesa ser a segunda língua, em termos demográficos, mais falada no Brasil (RODRIGUES, 1999).

A presença forte e determinada dos imigrantes e de suas línguas fez desviar o foco de preocupação antes centrado na língua geral. A afirmação de um dos nossos primeiros gramáticos e historiador, o professor João Ribeiro, feita no final de 1800, retrata a preocupação dos estudiosos da língua daquela época, com as línguas dos imigrantes. Segundo ele, a intensa imigração de povos estrangeiros, sobretudo nas províncias do sul, já havia tornado “por demais familiares muitos vocábulos do italiano e do alemão”. A continuar naquele ritmo, afirmou o gramático: a “mais fácil previsão autoriza a crer que, dentro de um século, **o sul do Brasil destruirá a unidade étnica da pátria brasileira**, se outras circunstâncias não se opuserem à evolução que já se vai notando desde agora” (João Ribeiro, apud ORLANDI, 2002, p. 142, grifo nosso).

Embora saibamos que a preocupação do gramático com a destruição da unidade da língua portuguesa não se consumou, a fala desse gramático do século XIX indicia o modo como as línguas dos imigrantes foram assumindo uma representatividade disfórica na constituição do português brasileiro como semióforo nacional. Essa relação disfórica marcou-se também pelas legislações que procuraram garantir espaço exclusivo e privilegiado para a língua portuguesa. Uma dessas providências legais foi a nacionalização compulsória das escolas étnicas em 1939. Além dessa, outras providências foram sendo estabelecidas, tais como a remuneração especial para

professores que ensinassem o português (em 1864); os subsídios aos professores das escolas étnicas que ensinassem duas horas diárias de português (1909); assim como a proibição do uso de material didático que não fosse em português e a determinação que todos os professores e diretores de escolas fossem brasileiros (1938)<sup>9</sup>.

Dentre as inúmeras providências tomadas, destaca-se o Decreto 9.647, de 2 de outubro de 1886, que condicionou a realização de provas nas disciplinas dos “exames preparatórios” (espécie de vestibular da época) à aprovação em português. Nesse período, foi constatado que houve um aumento de 123% da carga horária do português no Colégio Pedro II e uma diminuição de 30% da carga horária de latim (RAZZINI, 2000, p. 27). Cabe ressaltar que o modelo de ensino praticado no Colégio Pedro II servia de base para todo sistema escolar de ensino médio no país naquela época. Esse fato pode ser considerado um marco na ascensão do português no Brasil (CONCEIÇÃO, 2008).

Estabelecido como a “língua nacional” e adquirindo uma representação eufórica no país, o português passou a ser ensinado nas escolas brasileiras, ao longo do século XIX e em boa parte do século XX, através das Antologias. Estas tiveram na Antologia Nacional, de autoria de Carlos Laet e Fausto Barreto, publicada em 1895, a mais estável representante do modelo de língua ensinado na escola, já que foi utilizada durante 74 anos nas escolas brasileiras. Essa Antologia, inspirada nas antologias precedentes e de autores portugueses, embora tenha procurado dar um pouco mais de ênfase aos autores nacionais, repetiu os textos da literatura clássica europeia dos séculos XVI, XVII, XVIII publicados nas antologias anteriores (RAZZINI, 2000, p. 187).

A Antologia Nacional só saiu de circulação em 1971, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira – LDB nº 5692 –, que desencadeou novas

---

<sup>9</sup> Cf. Kreutz (2003).

perspectivas de ensino de língua portuguesa. Tal legislação democratizou a entrada de diferentes textos na sala de aula que, até então, tinha nos clássicos o único modelo de leitura e de escrita recomendado. Tal diversificação ocorreu em função de que a nova LDB redefiniu os objetivos do ensino de língua no país ao propor: “No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da **língua nacional**, como **instrumento de comunicação** e como **expressão da cultura brasileira**” (LDB Nº 5692/1971, Art. 4º, § 2º, grifo nosso). O foco do ensino passou, então, a centrar-se na eficácia da comunicação.

Na prática, no entanto, a face homogeneizadora da língua continuou sendo tratada em sala de aula como a única portadora de autoridade capaz de assegurar o sentimento de comunhão e de unidade da sociedade brasileira. A face heterogênea, representada pelas variedades utilizadas nas práticas cotidianas, continuou estigmatizada e desconsiderada nas reflexões linguísticas nas aulas de português. Em função disso, o ensino de português, ainda hoje, em grande parte das salas de aula, pauta-se pela oposição entre a face homogênea e a face heterogênea da língua semióforo. Pauta-se, também, pela relação preconceituosa com a face heterogênea da língua, conforme constatamos em recente pesquisa na qual analisamos os modos de representação do papel do professor de língua portuguesa construído por formandos em Letras (CONCEIÇÃO, 2008).

### **Algumas conclusões**

O que se pode concluir é que, ao longo dos anos, as políticas linguísticas de exclusão das diferentes línguas faladas no Brasil e as práticas educacionais centradas na exclusão da heterogeneidade linguística nas aulas de ensino de língua materna mostram que, se os investimentos na educação como um todo fossem tão eficazes quanto os

esforços legislativos que procuraram garantir a unidade imaginária da nação em torno da idéia de homogeneidade da língua portuguesa, hoje seríamos um país modelo no quesito educacional.

O resultado desse alto investimento legislativo e dos minguados investimentos na qualidade do ensino, no entanto, só fez desenvolver uma forte vocação na escola brasileira e na sociedade em geral, para a mitificação da visão de unidade da língua e para o desencorajamento e a desautorização do uso, não só de outras línguas (especialmente aquelas que não são consideradas línguas de prestígio), como também das variedades que sempre serão vistas como imperfeitas ao serem comparadas à chamada “norma-padrão” do português.

Lembramos que Faraco (2004) tem alertado para o fato de que a distância entre norma-padrão e norma culta no Brasil é enorme, de modo que a distância entre a norma-padrão e as variedades do português utilizadas cotidianamente acabam por criar um fosso quase intransponível para as crianças que chegam à escola desconhecendo quase totalmente certos gêneros ligados à cultura escrita.

A comprovada diversidade de línguas faladas no Brasil e o elevado índice de analfabetismo evidenciam que no Brasil há uma aquisição linguística bastante irregular, não-uniforme de tal forma que ficam desautorizadas a defesa tanto da tese do monolinguismo quanto da homogeneidade linguística.

Assim, cabe à escola, em vez de acirrar a visão disfórica da heterogeneidade linguística, criar condições de inserção plena dos alunos em diferentes tipos de letramentos, de modo a incentivar a reflexão tanto sobre a face homogênea quanto sobre a face heterogênea da língua semióforo. A questão central não está em colocá-las em oposição, como se a eliminação de qualquer dos lados fosse a solução. O que importa é levar os alunos a compreenderem a função do simbólico nas práticas cotidianas.

Espera-se, portanto, da escola brasileira, que ela ensine a ler e a escrever desenvolvendo nos alunos o domínio de diferentes gêneros da cultura oral e da letrada, isto é, a escola deve permitir a inserção plena dos alunos em diferentes tipos de letramentos, o que significa não reduzir o ensino da língua somente ao domínio da chamada norma-padrão. A escola brasileira precisa promover a compreensão das diferenças culturais e linguísticas que existem em nosso país em vez de tratá-las como ameaça à identidade da nação.

### Referencias Bibliográficas

BARRETO, Fausto & LAET, Carlos. (1895). *Antologia Nacional*. São Paulo: Francisco Alves & Cia.

CHAUI, M. (2001). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

CONCEIÇÃO, Rute Izabel Simões. (2008). “O professor de Língua Portuguesa na visão de formandos em Letras” (Tese de doutorado em Letras). 299 f. São Paulo: PPG\FFLCH\USP (inédita).

FARACO, C. A. (2004). “Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós”, in Marcos BAGNO (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola.

HOBBSAWM, Eric J. (1990). *Nações e nacionalismos desde 1780*. Trad. M. C. Paoli e A. M. Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KREUTZ, Lúcio. (2003). “A educação de imigrantes no Brasil”, in E. M. T LOPES et al. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 347-370.

LDB Nº 5692 – “Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 11 de agosto de 1971” “[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)).

MAGALHÃES, Couto de. (1915-1895). “O idioma Tupy”, in Fausto BARRETO & Carlos LAET (Org). *Antologia Nacional*. São Paulo: Francisco Alves & Cia, p. 89-90.

MATTOS e SILVA, Rosa V. (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

ORLANDI, Eni P. (2002). *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez Editora.

POMIAN, Krzysztof. (1984). “Coleção”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 51-86.

RAZZINI, Marcia de P. G. (2000). *O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)*”. Tese (doutorado em Letras). Campinas: UNICAMP\IEL ([www.unicamp.br/iel/memoria/teses/tese21.doc](http://www.unicamp.br/iel/memoria/teses/tese21.doc)).

RIBEIRO, Júlio. (1881-1911). *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C.

RODRIGUES, Aryon D. (1999 – revisado em 2001). “A originalidade das línguas indígenas brasileiras”. Conferência. Brasília: Universidade de Brasília\Laboratório de Línguas Indígenas ([www.comciencia.br/](http://www.comciencia.br/)).